

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



Julia Ferraz Andrade

**HABITAÇÃO POPULAR EM  
FOCO: AS NUANCES DO DISCURSO DE  
CARMEN PORTINHO (1946-1951)**

Monografia apresentada à  
Graduação em História da PUC-  
Rio como requisito parcial para  
obtenção do título de licenciatura  
em História

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro  
Junho de 2023

À minha mãe, por tornar tudo possível.

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço à minha mãe, ao meu pai, à Titi e à minha avó por acreditarem em mim, nas minhas escolhas e na minha felicidade.

À Maria Amélia, Amora e Dylan por ficarem do meu lado nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos Luana, Carlos, Bruna, Mariana, Maria Fernanda, Renata, Felipe e Flávia por contribuírem para que minha trajetória fosse mais sorridente.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), por me proporcionar momentos únicos.

Aos programas que participei, PIBID, PET e Residência Pedagógica, por permitirem o meu desenvolvimento como graduanda.

Aos funcionários e aos professores da PUC-Rio, em especial à Juçara de Mello, Luciana Borgerth e Eduardo Wright, por fazerem florescer em mim o amor pela História.

Aos amigos e futuros historiadores da PUC-Rio, por me acompanharem e compartilharem comigo a vida acadêmica, deixando-a mais alegre.

E, finalmente, à minha orientadora e professora Larissa Rosa Corrêa, pelo carinho, disponibilidade e atenção, que fez despertar em mim o gosto e a escolha pela pesquisa acadêmica.

## **Resumo**

Esta pesquisa, intitulada *Habitação Popular em foco: as nuances do discurso de Carmen Portinho (1946-1951)*, procura analisar os contornos que a questão habitacional tomou no discurso da engenheira e urbanista Carmen Portinho, entre os anos de 1946 a 1951. A partir desse estudo, torna-se possível notar o panorama crítico acerca do “problema da habitação” presente no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Para tal fim, é necessário, por meio de fontes periódicas, como jornais e revistas da época, observar os posicionamentos de Portinho, paralelamente à sua trajetória. Nesse percurso, aspectos inovadores derivados do feminismo e da arquitetura e urbanismo modernos mostram-se fundamentais. Entretanto, além dessa visão progressista da engenheira, é notável também algumas permanências de um discurso centralizador e, certas vezes, autoritário, pautado na transformação e na elevação da condição de vida dos trabalhadores que antes residiam em habitações precárias, como as favelas e os cortiços. Sendo assim, as narrativas construídas por Carmen Portinho apresentam simultaneamente, pontos modernos e conservadores, explicitando as disputas ainda presentes na sociedade brasileira no tocante à habitação de cunho popular.

## **Palavras-chave**

Habitação popular; Carmen Portinho; Arquitetura moderna; Urbanismo; Conjuntos Residenciais.

# Sumário

<b>Introdução</b>	8
<b>Capítulo 1 – O “problema da habitação”: uma questão social</b>	12
1.1 A conjuntura pré-1946	12
1.2 A concretização de uma linha de ação: a conjuntura pós-1946	22
<b>Capítulo 2 – Arquitetura Moderna, Feminismo e Habitação Social: a tríade de Portinho em evidência</b>	25
2.1 A trajetória e experiência de Carmen Portinho	25
2.2 Os pilares do discurso de Portinho	26
<b>Capítulo 3 – “Fique à vontade, mas nem tanto”: o caráter educacional dos conjuntos residenciais do Distrito Federal na perspectiva de Carmen Portinho</b>	36
3.1 “ensinar a morar”	36
3.2 “aprender a morar”	39
<b>Considerações Finais</b>	44
<b>Referências bibliográficas</b>	46

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

DHP – Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

FBFP – Federação Brasileira para o Progresso Feminino

IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões

MES – Ministério da Educação e Saúde

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDF – Revista Municipal de Engenharia

## Lista de figuras

Figura 1: Artigo Megalomania, escrito por Lima Barreto.	14
Figura 2: Parque Proletário Provisório nº1 – Gávea.	19
Figura 3: Getúlio Vargas no Parque Proletário Provisório nº 1.	19
Figura 4: Croqui do Palácio Capanema por Lucio Costa.	33
Figura 5: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes. Vista do Ambulatório, da Escola Primária, de um dos blocos residenciais já habitados e de um em construção.	33
Figura 6: Conjunto Residencial de Paquetá – Vista do bloco de habitação.	33
Figura 7: Conjunto Residencial Marquês de São Vicente em maquete.	33
Figura 8: Conjunto Residencial Vila Isabel – Vista dos Blocos A e B em maquete.	33

## Introdução

A questão habitacional de cunho popular no Brasil foi um dos tópicos de maior discussão durante a primeira metade do século XX. Ideias modernistas sobre a promessa de melhores condições de vida para os trabalhadores a partir da arquitetura e do urbanismo trouxeram uma nova perspectiva para a reflexão dessa problemática. As transformações do espaço urbano ascenderam de maneira desenfreada devido à industrialização brasileira, principalmente em seu então Distrito Federal, o Rio de Janeiro. Segundo o arquiteto João Masao Kamita:

Trata-se de um período de intensa e efetiva industrialização, em que o discurso dominante de intelectuais e homens de cultura anuncia a superação do ‘sistema colonial’ – e do estereótipo de ruralidade que a tantos encantou – em prol de um projeto de modernidade para uma nação que se anuncia decididamente urbana. A cidade emerge como um problema concreto a ser tematizado, pois o ritmo de transformações acelera-se, demandando soluções urgentes aos novos problemas. Assumida a nova “vocação” do país, a crescente complexidade das estruturas emergentes evidencia a necessidade e a importância da ação planejada, calculada em seus resultados futuros. O projeto, nestes termos, adquire valor decisivo, principalmente por tratar-se de uma empresa que intenciona criar uma ordem diversa da existente.<sup>1</sup>

Nessa conjuntura de modernização, muitos grupos sociais ficaram marginalizados, como os moradores das favelas e de outras habitações precárias. Portanto, caberia ao Governo assumir tanto a iniciativa de remodelação da cidade, quanto a inserção dessa parcela da população ao novo quadro socioespacial. A partir de 1946, com a criação do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal (DHP), houve uma intensificação dos debates sobre o emprego da arquitetura moderna para acabar com o problema habitacional, que foi escolhida como principal instrumento de ação pelos profissionais da época. Carmen Portinho, engenheira, urbanista e diretora do DHP por doze anos, tem um papel crucial nesse processo, ao influenciar, por diversos meios<sup>2</sup>, a utilização dessa tendência modernista para a construção dos núcleos habitacionais. Sua experiência, desse modo, nos traz uma frente alternativa de análise acerca da questão habitacional da

---

<sup>1</sup> KAMITA, J. M. *Experiência Moderna e Ética Construtiva. A Arquitetura de Affonso Eduardo Reidy*. Rio de Janeiro, RJ. 1994, p. 44.

<sup>2</sup> Como será exposto no segundo capítulo dessa pesquisa.



capital brasileira. Nesse sentido, tenho como objetivo identificar as diferentes nuances acerca da temática da habitação popular no Brasil presentes no discurso de Carmen Portinho, com ênfase na combinação tanto de ideias progressistas marcadas por conceitos inovadores, quanto de concepções reguladoras associadas a diferentes fatores.

Embora tenha desenvolvido projetos de grande importância e exercido cargos de liderança, Carmen Portinho ainda tem seu papel subjugado pela historiografia. Mesmo diante de esforços e de tentativas atuais da academia para romper com visões sexistas – como quanto ao livro *Carmen Portinho: o moderno em construção*, de Ana Luiza Nobre<sup>3</sup> –, a primeira mulher formada como urbanista no Brasil e terceira em engenharia é, muitas vezes, esquecida ou posta à sombra de homens, como de seu companheiro e arquiteto Affonso Eduardo Reidy. Tal distanciamento da figura de Portinho, acarretou algumas lacunas no estudo das diferentes esferas em que a mesma circulava, prejudicando a análise simultânea de sua perspectiva perante à questão habitacional no contexto político e social brasileiro. Sendo assim, suas facetas de funcionária pública do Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal, feminista, defensora da arquitetura moderna, por exemplo, foram, muitas vezes, cotejadas separadamente. Dessa forma, mostra-se necessária a análise conjunta dos mais diversos pontos de vista de Carmen Portinho de modo a contemplar o seu posicionamento acerca do problema da habitação popular, uma vez que ela foi parte fundamental para a implementação de uma nova maneira de se pensar a moradia.

A fim de evidenciar tais linhas de argumentação, mobilizo fontes periódicas publicadas durante o governo Dutra, momento em que abrange a idealização e viabilização dos projetos habitacionais coordenados por Carmen Portinho no DHP. Apesar de o intervalo temporal das fontes presentes na pesquisa ser de 1946 a 1951, também relaciono esse panorama com certas concepções e eventos anteriores –

---

<sup>3</sup> O livro *Carmen Portinho: o moderno em construção*, escrito pela arquiteta Ana Luiza Nobre, apresenta-nos a trajetória de Portinho, tanto profissional quanto pessoal relativa à arquitetura moderna e, consequentemente, à habitação popular. Para esta pesquisa, tal referência foi fundamental para a elaboração de um pensamento crítico a partir da visão e das experiências de Portinho ao longo de sua vida.

desde inícios do século XX, mas, principalmente com a Era Vargas –, uma vez que, nesse ínterim, a questão da habitação social veio à tona de modo nunca visto antes<sup>4</sup>.

A presente pesquisa insere-se, portanto, na dimensão de análise da História social, além de possuir diálogos interdisciplinares, como com os domínios de História Urbana e História da Arquitetura. O questionamento e a consequente análise acerca das fontes que demonstram o ponto de vista de Carmen Portinho baseiam-se na metáfora dialética de Walter Benjamin de “escovar a história a contrapelo”, ou seja, estabelecer, na investigação histórica, um pensamento crítico ligado à uma possibilidade de reinterpretação de aspectos dados como fixos, contando, assim, com a subjetividade presente no ofício do historiador. Tal concepção pode ser percebida também na noção de “paradigma incidiário”<sup>5</sup>, proposta pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, visando que “o pesquisador perceba as coisas que costumam ser ocultadas pelo hábito e pela convenção, é preciso espantar-se, estranhar os hábitos, mesmo que se considerem óbvios.”<sup>6</sup>

Assim, o conceito de *discurso* trabalhado no decorrer dessa pesquisa é caracterizado como “prática da linguagem, isto é, uma narrativa construída a partir de condições históricas e sociais específicas.”<sup>7</sup> Do mesmo modo, Marc Bloch, em seu livro *Apologia da História ou o ofício do historiador*, explicita que a História é a “ciência dos homens no tempo”. Sendo assim, Carmen Portinho apresenta um discurso marcado pelas temporalidades de sua época e por suas experiências. Seus escritos e entrevistas analisadas através dos periódicos, portanto, não escapam de sua condição de vida na sociedade brasileira do século XX.

O primeiro capítulo, intitulado *O “problema da habitação”: uma questão social*, caracteriza-se como uma apresentação preliminar ao debate acerca do discurso de Carmen Portinho. Nesse sentido, há a exposição crítica do contexto

---

<sup>4</sup> BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998, p.81.

<sup>5</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>6</sup> LEANDRO, Everaldo Gomes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglione. O paradigma indiciário para análise de narrativas. *Educar em Revista*, v. 37, 2021.

<sup>7</sup> VANDERLEI, Kalina; SILVA, Maciel. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 101-104.

habitacional brasileiro na primeira metade do século XX, dividido entre o período anterior e posterior ao ano de 1946.

Já o segundo capítulo – *Arquitetura moderna, feminismo e habitação social: a tríade de Portinho em evidência* –, trata especificamente da forma com a qual se desenvolve o discurso da engenheira. Como exposto no título do capítulo, a arquitetura moderna, o feminismo e a habitação social são as instâncias basilares do pensamento e posicionamento de Carmen Portinho.

Por outro lado, o terceiro capítulo, *“Fique à vontade, mas nem tanto”*: o caráter educacional dos conjuntos residenciais do Distrito Federal na perspectiva de Carmen Portinho”, aponta para o caráter pedagógico da política habitacional, presente nos preceitos modernistas da época. Desse modo, divido o capítulo em duas partes: *“Ensinar a morar”* e *“Aprender a morar”*, como forma de demonstrar o binário gerador dessa percepção educacional da habitação popular.

Esta monografia parte, portanto, da análise de fontes periódicas da época estudada para alcançar seu fim. Jornais como o *Diário de Notícias*, *O Jornal* e, principalmente o *Correio da Manhã (RJ)*, além de revistas como a *Revista Municipal de Engenharia do Distrito Federal*, foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Nelas, é possível cotejar os ideais modernos de cidade e de moradia em paralelo aos pensamentos de Carmen Portinho.

## Capítulo 1

### O “problema da habitação”: uma questão social

#### 1.1 A conjuntura pré-1946

O início do século XX foi marcado por inúmeras mudanças políticas, econômicas e sociais que atingiram a sociedade das mais diversas maneiras. Uma das principais transformações pode ser notada na configuração do espaço urbano, com o impulso da industrialização nos países considerados menos desenvolvidos, a crença no progresso e os intensos fluxos migratórios para as cidades. No caso do Brasil, não foi diferente. Sua então capital, o Rio de Janeiro, caracterizada como a vitrine brasileira da modernidade<sup>8</sup>, sofreu com a superficialidade do planejamento urbano, fato que culminou em graves consequências para as camadas mais pobres da população. Diante da marginalização exercida pelo poder público, a solução empregada por essas pessoas consistiu na construção e na ocupação de habitações precárias – geralmente próximas ao local de trabalho – para viverem com suas famílias, como as favelas e os cortiços. A ação estatal perante tais construções nas áreas centrais do Distrito Federal foi enérgica e, as administrações públicas dos anos anteriores ao governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), foram caracterizadas por políticas de remoção e, em certas ocasiões, de realocação dessas classes populares.

A partir da gestão de Francisco Pereira Passos (1902-1906), prefeito nomeado pelo presidente Rodrigues Alves, a cidade do Rio de Janeiro é palco de inúmeras ações estatais. O conjunto de transformações urbanas realizadas durante o mandato de Passos, na chamada “Reforma Pereira Passos”, mostra-se essencial para o entendimento da relação entre o Estado e a *urbe*. Segundo o geógrafo Maurício de Abreu, tal política estabeleceu uma relação direta<sup>9</sup> entre essas duas esferas, contribuindo para a alteração do padrão de revolução urbana seguido pela capital.<sup>10</sup> Nesse sentido, o governo se constituiria como parte central no processo

---

<sup>8</sup> NEVES, Margarida de Souza. As vitrines do progresso. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1986.

<sup>9</sup> De acordo com Maurício de Abreu, anteriormente à gestão de Pereira Passos, a relação entre o Estado e o Urbano podia ser considerada como indireta, uma vez que o primeiro limitava-se a “regular, controlar, estimular ou proibir iniciativas que partiam exclusivamente da esfera privada.” (2006, p.73).

<sup>10</sup> ABREU, M. de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 4. Ed.: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006, p.73.

de remodelação socioespacial da cidade, agindo ativamente por meio de políticas públicas. A Reforma Passos, por conseguinte, conduziria – supostamente –, o Distrito Federal à condição de civilização pautada no modelo europeu. Contudo, na tentativa para alcançar esse objetivo, foi necessária a implementação da política conhecida como “bota-abaixo”, caracterizada pela remoção dos indivíduos tidos como indesejáveis do centro urbano, através da derrubada de suas moradias. A principal justificativa para essa conduta era o higienismo, uma vez que o Rio de Janeiro era considerado insalubre porque, além de um sistema de saneamento precário, era constantemente assolado por diversas epidemias, como de febre amarela, varíola e malária.<sup>11</sup>

O desenvolvimento brasileiro e, sobretudo, carioca, tinha como base a indústria, sendo Rio de Janeiro detentor do maior parque industrial do país.<sup>12</sup> A capital, portanto, atraía milhares de trabalhadores de outras localidades que buscavam uma oportunidade de melhoria das suas condições de vida. Com a “Reforma de Pereira Passos” e a continuidade dessa perspectiva urbanística nos governos subseqüentes, houve a intensificação da migração dos grupos atingidos para as áreas menos valorizadas da cidade, como as freguesias suburbanas e as favelas. Dessa maneira, além das mudanças estéticas, com foco para o embelezamento central, o Rio de Janeiro passou por uma “separação de usos e de classes sociais no espaço”<sup>13</sup>. Como consequência dessa estratificação socioespacial, houve a criação de novos bairros e a expansão da área urbana para a periferia.

Outras duas gestões sobressaem-se com relação à transformação urbana no Rio de Janeiro, referentes aos prefeitos Carlos Sampaio (1920-1922) e Antônio da Silva Prado Júnior (1926-1930). A primeira tem como pretensão a modernização inspirada nos ideais europeus, tendo em vista a celebração do Centenário da Independência do Brasil e a Exposição Internacional de sua comemoração. Em uma tentativa de melhorias urbanas – voltadas para as camadas mais abastadas da sociedade –, o prefeito Carlos Sampaio empreende diversas obras, como a abertura de avenidas e a incorporação da área da Lagoa Rodrigo de Freitas, antes ocupada

---

<sup>11</sup> MOTTA, Marly. Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. In: Atlas Histórico do Brasil, CPDOC- FGV.

<sup>12</sup> ABREU, M. de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 4. Ed.: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006, p.72.

<sup>13</sup> Ibid., p.73.

por operários, como terreno “nobre” e o arrasamento de morros, como os do Castelo e da Misericórdia. Tais ações fazem com que inúmeros moradores sejam despejados formando uma intensa crise habitacional, que foi retratada pelo escritor e jornalista Lima Barreto em seu artigo *Megalomania*, publicado na *Revista Careta*, em 28 de agosto de 1920:



Figura 1: Artigo *Megalomania*, escrito por Lima Barreto. Fonte: *Revista Careta*, 28 de agosto de 1920.

Nessa publicação, Lima Barreto faz uma crítica ao desmonte do morro do Castelo na administração de Carlos Sampaio, que dá prosseguimento às reformas urbanas de Pereira Passos, ao afirmar que “não há casas, entretanto, queremos arrazar o morro do Castello, tirando a habitação de alguns milhares de pessoas. Como lógica administrativa, não há cousa mais perfeita!”.<sup>14</sup>

Por outro lado, no mandato do Prefeito Prado Júnior, entre os anos 1926 e 1930, surge a necessidade de formular um plano diretor para dar um sentido à urbanização do então Distrito Federal. Desse modo surge a ideia do “Plano Agache”, denominado dessa maneira em referência a seu idealizador, o arquiteto francês Alfred Donat Agache. O que seria o Plano e quais seriam seus objetivos e

<sup>14</sup> BARRETO, Lima. *Megalomania*, *Revista Careta*, Rio de Janeiro, v.13, n.636, p.37, 28 de agosto de 1920.

consequências são tratados por Agache no “Plano de extensão, remodelação e embelezamento da Capital Federal”, como demonstrado a seguir:

é, antes de tudo, um *plano director* que fixa segundo os princípios admittidos em Urbanismo, a physionomia futura do Rio de Janeiro Maior. Elle tem por fim marcar o character das vias a serem creadas ou modificadas, determinar a localisação, na sua extensão e disposição, das praças, largos, jardins públicos e os monumentos de modo a obedecerem a uma nova ordem architectural própria a destaca-los e dar-lhes valor, fazendo-os collaborar no embellezamento da paizagem urbana, e indicar emfim, os diferentes bairros conforme a destinação rigorosamente reflectida que lhes foi designada.<sup>15</sup>

Para Maurício Abreu, “o Plano propriamente dito jamais foi implantado, ainda que várias obras ali sugeridas fossem realizadas nas décadas seguintes.”<sup>16</sup>, mas esse fator não indica que sua importância seja menor. Ainda diante da perspectiva de Abreu, verifica-se tal valor já que o escrito de Agache seria o “primeiro documento oficial a tratar explicitamente dessa nova forma de habitação popular [a favela], que então se proliferava na cidade.” O caráter inovador da reflexão do arquiteto francês acerca dessa temática também demonstra o quão necessário fazia-se o debate das questões habitacionais brasileiras no estudo do urbanismo.

Entretanto, foi apenas no governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, e na ditadura do “Estado Novo” (1937-1945), que ocorre o estabelecimento de um planejamento urbano alinhado a políticas habitacionais para a parcela menos abastada da população. A estratégica valorização dos núcleos populares durante a Era Vargas (1930-1945) contribuiu para a problemática da habitação popular consolidar-se como um ponto central da política trabalhista. O trabalhador, nesse sentido, era tido como a força motriz do projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas, uma vez que, segundo a visão do presidente, o Brasil alcançaria novos e melhores horizontes por meio da industrialização. Para esse objetivo, a classe trabalhadora – reconhecida categoria social, dotada de agência<sup>17</sup> – deveria ter

<sup>15</sup> AGACHE, Alfred. Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento da Capital Federal. Rio de Janeiro, 1930.

<sup>16</sup> ABREU, M. de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 4. Ed.: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006, p.86.

<sup>17</sup> NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Carmen Portinho e o habitar moderno: teoria e trajetória de uma urbanista*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, 2007, p.44.

melhores condições de trabalho e de vida. Dentre elas, a habitação de cunho popular surgiu como um discurso de recompensa ao trabalhador<sup>18</sup>, um reforço à sua boa conduta, enfatizando, dessa maneira, uma concepção moral ligada ao trabalho e à família.<sup>19</sup>

Segundo Nabil Bonduki<sup>20</sup>, a compreensão da habitação para o plano de desenvolvimento proposto por Getúlio Vargas pautava-se em duas vertentes fundamentais, sendo uma econômica – caracterizando a habitação como “condição básica da reprodução da força de trabalho” – e outra política-ideológica – que teria como objetivo a formação do “novo-homem” para o fortalecimento da imagem do trabalhador e para a modernização do país. Sendo assim, a esfera habitacional era intrínseca à política varguista e, logo, seria determinante a reflexão sobre a crise e suas possíveis soluções. A importância desse assunto para o Estado se faz clara quando analisamos o discurso proferido por Getúlio Vargas em comemoração do primeiro aniversário da nova Constituição, em 1938:

As casas operárias, construídas pelas Caixas e Institutos em vários Estados, ainda são em pequeno número e de preço elevado, em relação às posses dos empregados. Dei instruções ao Ministério do Trabalho para que, sem prejuízo das construções isoladas onde se tornarem aconselháveis, estude e projete grandes núcleos de habitações modestas e confortáveis. Recomendei, para isso, que se adquiram grandes áreas de terrenos e, se preciso, que se desapropriem as mais vantajosas; que se proceda à avaliação das mesmas; que se levem em consideração os meios de transporte para esses núcleos; que se racionalizem os métodos de construção; que se adquiram os materiais, diretamente, ao produtor; tudo, enfim, de modo a se obter, pelo menor preço, a melhor casa. Cogita o governo, também, de permitir, pelo Instituto dos Industriários, o financiamento de casas a serem construídas nos terrenos das próprias fábricas, mediante condições vantajosas para os industriais, com a condição de só as alugarem aos operários e por preços módicos.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> SILVA, Helga Santos da. *Arquitetura Moderna para habitação popular: a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p.26.

<sup>19</sup> BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998, p.92.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p.81.

<sup>21</sup> VARGAS, 1938 apud BRUNA, 2010, p.119.



Nesse excerto, percebe-se a menção aos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs)<sup>22</sup> que, no ano de 1937, haviam sido “autorizados a criar carteiras prediais e a destinar até metade de suas reservas para a inversão imobiliária”<sup>23</sup>, assumindo um novo serviço. Criados em 1933, na ocasião em que “as novas relações entre trabalhadores e Estado”<sup>24</sup> – logo após o golpe de Getúlio Vargas –, os Institutos eram subornados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tinham como objetivo principal “garantir aposentadorias e pensões à previdência social”.<sup>25</sup>

Paralelamente, no contexto varguista, outras medidas foram tomadas para a resolução da questão habitacional, como a aprovação dos decretos-leis da regulamentação da venda de lotes à prestação<sup>26</sup> (1937) e do inquilinato<sup>27</sup>, em 1942, que congelava o preço dos aluguéis e a constituição de órgãos regionais.<sup>28</sup> A partir da análise do mesmo trecho do discurso de Vargas, percebe-se a apropriação de certos ideais modernistas pelo presidente, como a racionalização da construção, a noção de “habitação mínima” e de “unidade habitacional”, tópicos discutidos nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAMs. Ao propor “habitações modestas e confortáveis”, por exemplo, o presidente refere-se ao conceito de “habitação mínima”, trabalhado no II CIAM, ocorrido no ano de 1929, em Frankfurt. Tal concepção consistia na habitação para o mínimo de vida, simplificando a moradia para o atendimento das necessidades essenciais do ser humano. A organização, por outras instituições, de eventos especializados acerca da arquitetura e do urbanismo modernos nos anos 1930 e 1940, – como o I Congresso de Habitação, em 1931, as Jornadas de Habitação Econômica, no ano de 1941, e o I Congresso Nacional de Arquitetos, em 1945<sup>29</sup> – também revelam como sua principal influência os CIAMs.

---

<sup>22</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 1749, de 28 de junho de 1937. Aprova novo regulamento para a aquisição de prédios destinados à moradia dos associados e à sede dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

<sup>23</sup> BONDUKI, Nabil Georges. *Os pioneiros da habitação social*. São Paulo: SESC, 2014, p.46.

<sup>24</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 29.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p.47.

<sup>26</sup> BRASIL. Decreto-lei nº58, de 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

<sup>27</sup> *Id.*, Decreto-lei nº 4598, de 20 de agosto de 1942. Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências.

<sup>28</sup> BONDUKI, Nabil, *op. cit.*, p.43.

<sup>29</sup> BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998, p.97.

Com a nomeação de Henrique Dodsworth para prefeito, no “Estado Novo”, tais debates repercutiram de maneira mais intensa na então capital federal. Inserido na política intervencionista de Vargas, Dodsworth promoveu uma série de obras e de políticas públicas em consonância aos ideais desenvolvimentistas e modernistas. O interesse em estabelecer uma nova acepção do espaço urbano é demonstrado, por exemplo, na construção das Avenidas Presidente Vargas e Brasil, concluídas, respectivamente, em 1944 e 1946, além da expansão ferroviária para o subúrbio do Rio de Janeiro. Nessas obras, sublinha-se a vontade governamental do deslocamento de uma parcela das classes menos favorecidas para essa área. Paralelamente, a elaboração do projeto de Parques Proletários Provisórios, em 1942, também abarcava esse interesse, uma vez que, segundo Rute Imanishi Rodrigues,

foi apresentado como o *esboço de um plano* de ação governamental para as favelas do Rio de Janeiro. O programa propunha a transferência dos moradores de favelas para alojamentos provisórios em áreas do entorno, enquanto seriam construídas habitações definitivas, preferencialmente nos subúrbios da cidade, utilizando terrenos estatais. O programa contava ainda com um forte componente de controle social, analisado por alguns autores dentro do contexto populista e autoritário do Estado Novo [...].”<sup>30</sup>

Sendo assim, tal programa é considerado por Rafael Almeida, “a primeira política pública visando dar solução ao ‘problema’ da favela”<sup>31</sup>. Os primeiros Parques Proletários do Distrito Federal foram construídos nos bairros da Gávea, Leblon (Praia do Pinto) e Caju, localidades que possuíam forte caráter industrial e, conseqüentemente, grande população operária residente ao redor.

---

<sup>30</sup> RODRIGUES, Rute Imanishi. *Os Parques Proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960*. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p.8, 9.

<sup>31</sup> ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. A política dos Parques Proletários Provisórios no Rio de Janeiro. *Terra Brasilis*, n. 13, 2020, p.1.



Figura 2: Parque Proletário Provisório nº1 – Gávea (c.1943). Acervo: Fundo Victor Tavares de Moura.

Figura 3: Visita do então Presidente Getúlio Vargas ao Parque Proletário Provisório nº1 – Gávea (17 de julho de 1943). Acervo: Fundo Victor Tavares de Moura.

Nesse novo contexto de democracia pós-golpe, a arquitetura moderna apresentava-se como uma maneira de formalizar os ideais do Estado aos olhos do povo, caracterizando-se, portanto, na principal linguagem arquitetônica das ações públicas. Tal correspondência é apontada por Letícia Wouk Almino:

Embora burocrático e autoritário, o novo regime iria iniciar um programa de reconstrução nacional. Vargas queria modernizar o país, instituir um estado de bem-estar social e estabelecer o Brasil como uma nação industrializada. O meio de realizar esta missão foi o patrocínio político da cultura e da arquitetura modernistas. A habitação social tornou-se uma questão cada vez mais importante à medida que a industrialização e a urbanização levaram ao rápido crescimento das cidades brasileiras.<sup>32</sup>

Segundo o arquiteto e urbanista Hugo Segawa, o governo Vargas não possuía um “estilo estatal”, ou seja, a predominância de um modelo arquitetônico definido para a realização de obras e de políticas públicas.<sup>33</sup> Entretanto, considero, nesta pesquisa, a arquitetura moderna como estilo estatal do período varguista, já que há a correspondência entre os ditames governamentais da época e a ótica modernista, tanto ideológica quanto esteticamente.

Essa relação pode ser percebida quanto à noção de ruptura com as premissas anteriores, e na crença em novos tempos pautados no progresso e na industrialização, que possibilitariam uma elevação do nível de vida da sociedade e

<sup>32</sup>ALMINO, Letícia Wouk. Pedregulho e Carmen Portinho. Pioneira do modernismo brasileiro. *Projetos*, São Paulo, ano 20, n. 240.02, Vitruvius, dez. 2020. Não paginado.

<sup>33</sup>SEGAWA, Hugo. Arquitetura na Era Vargas: o avesso da unidade pretendida. In. PESSOA, José. *Moderno e Nacional*. EdUFF, 2006.

permitiriam a concretização da formação de um “novo homem”.<sup>34</sup> Com a valorização da indústria, houve a possibilidade de que o trabalhador desempenhasse um novo papel no governo e nos preceitos da arquitetura modernista. As classes trabalhadoras e menos favorecidas alçaram, agora, um – suposto – destaque e centralidade nas políticas públicas, uma vez que se constituíam como o pilar principal da sociedade brasileira, não apenas por abarcar a maioria da população, mas também por ser a base *sine qua non* para processo de industrialização.

A busca pela identidade nacional também é uma tônica que une ambas vertentes, tendo em vista que, enquanto Vargas buscava a consolidação de uma nova identidade para o Brasil, a arquitetura moderna de origem europeia<sup>35</sup> modificava seus padrões para adaptar-se às condições brasileiras – como a respeito do clima, por exemplo – e adquirir uma nova identidade. A visita de arquitetos modernos do exterior ao Brasil, como o franco-suíço Le Corbusier, um dos principais nomes do modernismo internacional, também contribuiu para o estudo das premissas modernistas e para o desenvolvimento de perspectivas propriamente brasileiras na área. Inserida em tal discussão, há a idealização e estruturação de edifícios públicos alinhados ao modernismo arquitetônico na gestão de Getúlio Vargas, como as sedes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)<sup>36</sup>, construída entre os anos de 1936 e 1939, e o Ministério da Educação e Saúde (MES), inaugurado em 1945. Este apresenta-se como fruto da congregação dos ideais da arquitetura moderna brasileira com seu caráter interdisciplinar, em função da atuação coletiva de engenheiros, paisagistas, pintores, escultores, entre outros. O edifício – também conhecido como Palácio Capanema, devido ao ministro da Educação e Saúde na época, o mineiro Gustavo Capanema – foi caracterizado pelo arquiteto Lucio Costa como “o marco definitivo da nova arquitetura brasileira”<sup>37</sup>.

---

<sup>34</sup> CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

<sup>35</sup> Considero, nesse sentido, o local de origem da Arquitetura e do Urbanismo modernos como europeus devido à criação da escola de artes aplicadas e arquitetura *Bauhaus*, fundada na Alemanha pelo arquiteto Walter Adolf Gropius, em 1919.

<sup>36</sup> Apesar ser considerada por muitos uma obra de estilo arquitetônico eclético, tomo a sede da Associação Brasileira de Imprensa, como um projeto no qual impera predominantemente o estilo moderno.

<sup>37</sup> XAVIER, Alberto (Org.). Depoimento de uma geração. Arquitetura moderna brasileira. São Paulo, Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura, Fundação Vilanova Artigas, Pini, 1987, p.93.

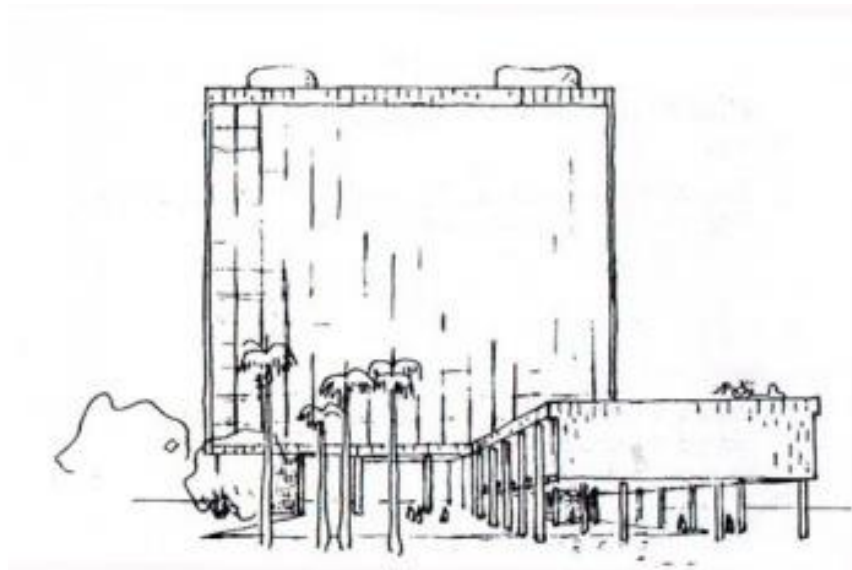


Figura 2: Croqui do Palácio Capanema por Lucio Costa. Fonte: COSTA, Lucio. Lucio Costa: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

Costa ainda é parte do projeto governamental de inserção de modernistas no serviço público, sendo nomeado, em 1930, diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e, mesmo com pouco tempo de exercício do cargo<sup>38</sup>, o arquiteto estabelece uma reforma acadêmica com bases modernistas. De acordo com Lauro Cavalcanti, na época havia a

[...] crença moderna de que era o Estado o lugar da renovação e da vanguarda naquele momento, assim como o vislumbre da possibilidade de aplicar na realidade ideias de reinterpretação ou reinvenção de um país [...].<sup>39</sup>

Segundo essa lógica, as transformações arquitetônicas e urbanísticas teriam que ser instauradas por meio do governo e de seus servidores.

Logo, a arquitetura moderna e a administração de Vargas, de certo modo se complementavam, como argumenta Bonduki, em seu livro *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*:

Os objetivos de ordem, controle, subordinação, reeducação, massificação etc., tão característicos da visão estado-novista, encontraram nesses núcleos habitacionais de inspiração moderna o espaço propício para sua difusão. As soluções arquitetônicas e urbanísticas adotadas não podem, portanto, ser consideradas

<sup>38</sup> Lucio Costa foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes por aproximadamente um ano.

<sup>39</sup> CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.182

neutras: eram parte integrante de um projeto político-ideológico, no qual as novas concepções formais e espaciais se adequavam à estratégia mais ampla do nacional-desenvolvimentismo.<sup>40</sup>

## 1.2 A concretização de uma linha de ação: a conjuntura pós-1946

Com o fim da Era Vargas, o governo continuou a empregar a arquitetura moderna e seus artifícios para as obras públicas e habitações populares. Sendo assim, no período do mandato presidencial do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), inúmeras articulações – como a formulação de decretos-leis e de órgãos – foram executadas a fim de incentivar o crescimento ordenado do tecido urbano, com foco para o Distrito Federal, que contava com o auxílio do Prefeito Ângelo Mendes de Moraes. Exemplo disso foi a criação do Departamento de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras Públicas<sup>41</sup>, do Departamento de Habitação da Prefeitura do Distrito Federal<sup>42</sup>, e da Fundação da Casa Popular<sup>43</sup>, aspectos que contribuem para a ênfase da importância resolução da questão habitacional brasileira para o Poder Público.

Contudo, apesar dessa continuidade e da estimulação vista na esfera habitacional de cunho social, notam-se certos aspectos de ruptura entre ambos governos. A economia na gestão de Dutra, diferentemente da política intervencionista de Vargas, aproxima-se do liberalismo econômico, acarretando a “penetração maciça do capital estrangeiro no país, agora não mais sob a forma preponderante de empréstimo, mas através de investimentos em atividades diretamente produtivas”.<sup>44</sup> Além disso, mesmo com a ascensão industrial brasileira durante e posteriormente aos anos da Segunda Guerra Mundial, o Brasil ainda possuía um *déficit* econômico que contribuiu para o aumento da inflação. O processo de abertura econômica e a intensificação da industrialização, dessa forma, surgiram, para Dutra, como um impulso necessário à superação da crise da

---

<sup>40</sup> BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998, p.172.

<sup>41</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 8304, de 6 de dezembro de 1945. Transforma a Comissão de Plano da Cidade em Departamento de Urbanismo, subordinado à Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas do Distrito Federal.

<sup>42</sup> Id., Decreto-lei nº 9124, de 4 de abril de 1946. Transforma o Departamento de Construções Proletárias da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal em Departamento de Habitação Popular, e dá outras providências.

<sup>43</sup> Id., Decreto-lei nº 9128, de 1 de maio de 1946. Autoriza a instituição da “Fundação da Casa Popular”.

<sup>44</sup> ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. Ed.: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006, p.94.

economia. Como ressaltado por Humberto Bastos, no periódico *O Jornal*, em 21 de maio de 1950:

O general Dutra, portanto, tinha uma dupla tarefa: consolidar a democracia brasileira, com o indispensável acatamento do Legislativo, e corrigir os erros de seus antecessores, que se agravaram em função da conjuntura da guerra.

Inflação, aumento do custo da vida, desajustamento do comércio internacional, estagnação da produção agrícola, perda de mercados no exterior – tudo formou um formidável complexo criado pelos efeitos do conflito internacional. Eram causas externas – violentas causas externas – que encontraram um clima propício em virtude da desorganização interna.<sup>45</sup>

A fim da resolução desse panorama, houve o desenvolvimento do “Plano Salte”, que consistia em um plano econômico que tinha em sua designação que “as iniciais dos quatro problemas que o plano se propunha a resolver: saúde (s), alimentação (al), transporte (t) e energia (e).”<sup>46</sup> Apesar de não se referir diretamente à habitação popular, o Plano promoveria, de modo indireto, a melhoria das condições habitacionais para as classes populares.

Todavia, a crise continuava presente para essa categoria social, e sua insatisfação acarretaria questionamentos sobre a desigualdade social e os direitos da população. Tal fato não foi bem recebido pelo governo Dutra, que tomou medidas mais intensas por causa do receio da organização de possíveis greves e rebeliões articuladas por lideranças sindicais ou por integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Isso resulta na postura defensiva do Estado, tendo dentre suas consequências a abolição de propaganda política nos sindicatos<sup>47</sup>, em 1946, e a ilegalidade do PCB, em 1947.<sup>48</sup>

O quadro apresentado neste capítulo faz com que percebamos a complexidade da problemática habitacional de cunho social, tanto no mandato de Eurico Gaspar Dutra, quanto na administração de Getúlio Vargas e de seus antecessores. Em análise, pode-se notar a evolução e recrudescimento do conceito

---

<sup>45</sup> A continuidade administrativa e os interesses nacionais. *O Jornal* (RJ), Rio de Janeiro, 21 mai. 1950, p.4.

<sup>46</sup> CALICCHIO, Vera. Plano Salte. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB), CPDOC- FGV.

<sup>47</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 9070, de 23 de julho de 1946. Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, concernentes a organização sindical, e dispõe sobre os mandatos sindicais e dá outras providências.

<sup>48</sup> FERREIRA, Clausinei. *Governo Dutra: arrocho salarial e os trabalhadores (1946-1950)*. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

de habitação popular ao longo dos anos e dos governos, além da clara necessidade de ação pública para sua solução.

A esse cenário, soma-se a figura de Carmen Portinho, profissional de grande importância para o estudo da história da habitação social no Brasil, a qual iremos cotejar no próximo capítulo.



## Capítulo 2

### Arquitetura moderna, feminismo e habitação social: a tríade de Portinho em evidência

#### 2.1 A trajetória e experiência de Carmen Portinho

Carmen Portinho (1903-2001) foi a terceira mulher no Brasil a se formar em Engenharia na Universidade do Brasil, no ano de 1925, e a primeira a receber o título de urbanista, em 1939, participante ativa a favor de diversas causas feministas – tendo sido uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino<sup>49</sup> (1922), signatária da Declaração dos Direitos da Mulher (1928), criadora e diretora da União Universitária Feminina (1929), por exemplo. Além disso, na primeira metade do século XX, período de estudo desta pesquisa, Portinho foi fundadora da *Revista da Diretoria de Engenharia* (1932), engenheira-chefe da Prefeitura do Distrito Federal (1934), diretora e uma das criadoras do Departamento de Habitação Popular (1946), dentre seus feitos.<sup>50</sup> Outro ponto da trajetória da engenheira que teve consequência direta em seu modo de pensar a habitação popular foi a bolsa de estudos, dada pelo Conselho Britânico, para um intercâmbio, em 1945, com o objetivo de acompanhar os planos de reconstrução das cidades no pós-guerra.<sup>51</sup> Nele, Portinho pôde ter contato com as mais novas técnicas de construção econômica e emergencial, aliadas à assistência social e com as chamadas “unidades de habitação”, que seriam fundamentais para o desenvolvimento dos conjuntos residenciais no Brasil.<sup>52</sup> Para além disso, na esfera particular de sua vida, a engenheira foi companheira do arquiteto Affonso Eduardo Reidy, ícone da Arquitetura Moderna Brasileira, que, ao seu lado, pôde conduzir diversos projetos arquitetônicos e urbanísticos de grande repercussão nacional e internacional.

---

<sup>49</sup> A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBFP), segundo o artigo da *Revista da Semana*, de 2 de julho de 1932, destinava-se a “coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível cultural e torna-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e política [...]”. Nessa Organização, Carmen Portinho iniciou sua luta como ativista feminista (PORTINHO, 1999, p.43).

<sup>50</sup> NOBRE, Ana Luiza. Carmen Portinho: o moderno em construção. Relume-Dumara, 1999.

<sup>51</sup> Podem ser adaptados no Brasil. Os planos de reconstrução das cidades britânicas. O Jornal (RJ). Rio de Janeiro, 6 out. 1945.

<sup>52</sup> PORTINHO, Carmen. Por toda a minha vida: depoimento a Geraldo Edson de Andrade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

O interesse de Carmen Portinho pelas causas sociais, principalmente habitacionais e feministas, chama a atenção do governo Dutra que, como já exposto, temia possíveis ameaças comunistas. Em defesa de Portinho, o cônego Távora escreve, em 26 de fevereiro de 1946, uma carta endereçada ao secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Marques Porto, também para comunicar o mal-entendido e impedir a demissão de Portinho. Em um trecho da Carta, o religioso aponta que:

Tive notícia de que acusaram dona Carmen Portinho de ser elemento comunista. Creio que há um equívoco nisto e sou, tanto sou mais insuspeito para afirma-lo, quanto sei que esta ilustre engenheira não é uma militante católica. Tenho de pessoas de minha absoluta confiança e que conhecem bem dona Carmen há muito tempo, nas suas idéias e nas suas atitudes, dados e afirmativas seguras de que ela sendo uma pessoa profundamente interessada na solução dos problemas populares e sociais, tem mais de uma vez contido comunistas em assembléias, onde se encontravam com pessoas honestas que disto podem dar testemunho. Numa palavra: não é justo que se esteja afirmando a respeito de uma senhora e de uma profissional do mérito de dona Carmen Portinho coisa tão grave, de ordem política e social, coisas que, por certo, prejudicariam profundamente as suas atividades, através das quais tanto bem ela pode fazer no âmbito das soluções dos problemas sociais.

Desta sorte eu pediria ao senhor fazer chegar ao nosso prefeito, general Mendes de Moraes e, por ele, à Presidência da República, o meu pedido no sentido de que se desfaça um equívoco tão grave, como este que se está criando acerca das convicções político-sociais de dona Carmen Portinho, que sei, de fonte fidedigna, não ter nada com o comunismo nem com o partido, isto é, com o ex-Partido Comunista Brasileiro.<sup>53</sup>

Ao destinar a carta, paralelamente, ao prefeito do Rio de Janeiro e ao presidente Dutra, fica clara a intensão de legitimar as ações de cunho social de Carmen Portinho e desfazer a impressão da mesma ser comunista.

Posto isso, por meio da análise de seu discurso, baseado também em sua experiência profissional, é possível ter uma visão acerca da anterior precariedade e da capacidade de transformação da habitação de caráter popular combinada a preceitos da arquitetura moderna e do feminismo.

## 2.2 Os pilares do discurso de Portinho

---

<sup>53</sup> PORTINHO, Carmen. Por toda a minha vida: depoimento a Geraldo Edson de Andrade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.109.

O “problema da habitação” recebe novos contornos com as perspectivas de Portinho. A engenheira e urbanista, a partir de sua experiência profissional no Brasil e, principalmente, de seu contato – como intercambista, em 1945 – com o processo de reconstrução das cidades britânicas destruídas pela Segunda Guerra Mundial contribuíram para que Carmen Portinho considerasse diferentes horizontes possíveis para a resolução da questão habitacional.<sup>54</sup> Com sua entrada no Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal (DHP), no ano de 1946, Portinho pôde desenvolver e aplicar de fato seus princípios, contando com a arquitetura moderna como instrumento. O discurso de Portinho exposto através de periódicos, portanto, torna-se uma via de análise da situação da habitação social brasileira de meados do século XX.

Primeiramente, quando tratamos dos programas habitacionais propostos por Carmen Portinho, devemos ter em mente que a noção de “casa” não é um sinônimo de “habitação”.<sup>55</sup> Isso se confirma ao longo das constatações feitas na coluna *Habitação Popular*<sup>56</sup>, escrita pela engenheira e composta por seis edições publicadas entre março e abril de 1946, no jornal *Correio da Manhã (RJ)*. Como, por exemplo, quando Portinho sublinha que:

Fornecer apenas [...] um tecto ao homem não basta. Outros problemas ligados directamente ao da habitação existem, reclamando uma solução em conjunto. Não podemos esquecer que a habitação é acima de tudo um problema social. E nêsse espírito é que deverá ser baseada toda e qualquer iniciativa que se destine a resolver o problema da habitação popular.<sup>57</sup>

Sendo assim, a problemática habitacional deveria ser vista como um todo<sup>58</sup> e, como tal, mobilizaria um esforço coletivo das esferas políticas e sociais em prol de sua melhoria. Esse pensamento pode ser notado nos projetos do já mencionado

---

<sup>54</sup>BAGLEY, Henri. Podem ser adaptados no Brasil. Os planos de reconstrução das cidades britânicas. O Jornal (RJ). Londres, 6 out. 1945.

<sup>55</sup>NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Carmen Portinho e o habitar moderno: teoria e trajetória de uma urbanista*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, 2007.

<sup>56</sup> A coluna *Habitação Popular* era publicada aos domingos e ocupava grande parcela da primeira folha da segunda seção do jornal *Correio da Manhã*. Tal fato aponta para a importância da questão habitacional para a época, sendo no mesmo ano (1946) criados o Departamento de Habitação Popular (DHP) e a Fundação Casa Popular (FCP).

<sup>57</sup> PORTINHO, Carmen. Habitação Popular. *Jornal Correio da Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro, 07 abr. 1946.

<sup>58</sup> Id., 10 mar. 1946.

Departamento de Habitação Popular, no qual Carmen Portinho incorporava “os sentidos políticos do papel social da casa”.<sup>59</sup>

A criação do DHP, em 4 de abril 1946, – após as três primeiras publicações da coluna *Habitação Popular* – representou um marco, sendo o Departamento considerado, por Bonduki<sup>60</sup>, como o “formulador do embrião de uma política nacional inovadora”. Como exposto no artigo *Habitações para os grupos sociais de salários baixos*, do jornal *Correio da Manhã (RJ)*, no dia seguinte à confirmação do decreto-lei:

Considerando a necessidade de ser resolvido o problema da habitação, o presidente da República assinou um decreto-lei dispondo que o Departamento de Construções Proletárias da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura passe a denominar-se Departamento de Habitação Popular, e terá por objeto a solução do problema da habitação para os grupos sociais de salários baixos, incluindo neles, inicialmente, os servidores da Prefeitura mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico.<sup>61</sup>

O DHP ainda seria composto pelos serviços de: Estudos Preliminares, Planejamento, Execução, Administração, Fiscalização e Correspondência. Suas figuras mais importantes foram, além de Carmen Portinho – que foi diretora do Departamento por doze anos –, o arquiteto Francisco Bolonha e o marido de Portinho e também arquiteto, Affonso Eduardo Reidy, responsável pelo setor de planejamento. Segundo Alfredo Britto et. al<sup>62</sup>, “a novidade do DHP era a construção, pela prefeitura do Distrito Federal, de conjuntos habitacionais de grande qualidade arquitetônica, vinculados aos conceitos do movimento moderno”.

Tal tendência modernista acompanha Carmen Portinho desde seus primeiros projetos profissionais como em 1932, por exemplo, quando exerceu papel fundamental na criação da *Revista da Diretoria de Engenharia* – mais tarde chamada de *Revista Municipal de Engenharia* (PDF) – atuando como secretária,

---

<sup>59</sup> NOBRE, Ana Luiza; NASCIMENTO, Flávia Brito do. “Deve ser uma feminista chata”: Carmen Portinho e a dimensão feminina do Pedregulho. 17ª Bienal de Arquitetura de Veneza: Catálogo Utopias da Vida Comum, 2021, p.126.

<sup>60</sup> BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998, p.130.

<sup>61</sup> Habitações para os grupos sociais de salários baixos. *Correio da Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1946.

<sup>62</sup> BRITTO, Alfredo; SILVA, Flávia Brito do Nascimento; LEMOS, Renato. *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro, 2015, p.30.

redatora-chefe e diretora até 1937.<sup>63</sup> Esta revista funcionou como uma plataforma de divulgação da arquitetura e do urbanismo modernos, principalmente das obras e dos ideais dos modernistas cariocas, devido ao seu grande alcance de leitores. O historiador Pedro de Sousa Silva, em seu artigo *A trajetória da Revista Municipal de Engenharia, o Planejamento Urbano e a circulação de Novas Ideias Urbanistas no Rio de Janeiro (1930-1945)*, explicita que

Além de ser vendida ao público em geral, a *Revista Municipal de Engenharia* era distribuída gratuitamente entre as autoridades municipais e enviada às repartições de engenharia de estados, do Governo Federal e de uma grande quantidade de prefeituras.<sup>64</sup>

Portinho era, então, responsável por selecionar, avaliar e, muitas vezes, escrever matérias do periódico, interferindo, diretamente na circulação das informações acerca da arquitetura e do urbanismo no Brasil, enfatizando a corrente modernista. A principal influência da engenheira e dos outros escritores da Revista era o arquiteto Le Corbusier, cujos preceitos foram seguidos por toda uma geração de profissionais do ramo.

De acordo com Helga Santos da Silva<sup>65</sup>, “claras e predominantes são as influências de Le Corbusier” quando tomamos como objeto os conjuntos residenciais desenvolvidos pelo DHP. O cruzamento, em diversos pontos, entre as premissas de Corbusier e o pensamento de Portinho acerca da habitação social estão presentes, por exemplo, quando relacionados aos ideais presentes na *Carta de Atenas*. Essa publicação, escrita em 1933 por ocasião do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)<sup>66</sup>, reflete sobre os pontos necessários para o desenvolvimento urbano e habitacional atrelados à modernidade. Esses e outros aspectos lecorbusianos podem ser vistos tanto nos projetos, como já exposto, quanto no discurso de Carmen Portinho.

---

<sup>63</sup>SEGAWA, Hugo. A arquitetura moderna e o desenho industrial. Projeto, n.111, jun. 1988. Entrevista.

<sup>64</sup>DA SILVA, Pedro Sousa. A trajetória da revista municipal de engenharia, o planejamento urbano e a Circulação de Novas Ideias Urbanistas no Rio de Janeiro (1930-1945). Revista Cantareira, n. 26, 2017, p.115.

<sup>65</sup>SILVA, Helga Santos da. Arquitetura Moderna para habitação popular: a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p.30.

<sup>66</sup>O IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, evento ocorrido na em Atenas, Grécia, no ano de 1933. O evento teve como pauta principal, dentre os outros assuntos tratados, a discussão a “Cidade Funcional”.

Enquanto Portinho se perguntava, na coluna *Habitação Popular*<sup>67</sup>, “Como poderemos pois resolver o problema da habitação si o desligarmos dos demais?”, Le Corbusier já havia sublinhado que

não se esgotava o problema das cidades resolvendo-se apenas os problemas da habitação em separado. A revolução na forma de habitar deveria acompanhar ou ser acompanhada por uma revolução na forma de se utilizar a cidade.<sup>68</sup>

Essa concepção de superação da questão habitacional de maneira integral<sup>69</sup> e definitiva<sup>70</sup> recupera não só alguns pontos trabalhados na *Carta de Atenas*, como outros derivados de distintas reflexões. Em comunhão com a já referida Carta, os funcionários do DHP e Carmen Portinho pensavam na elaboração de planos pautados nos quatro pilares descritos por Le Corbusier como atividades fundamentais para a *urbe* moderna: habitação, trabalho, circulação e recreação.<sup>71</sup> Dentre as principais diretrizes abordadas estão as noções de construção em altura, “habitação mínima”, desenvolvimento racional do lote<sup>72</sup>, utilização de pilotis, proximidade entre trabalho e habitação, e produção industrial padronizada dos elementos da construção para barateamento do custo. Além disso, o conceito de “unidade de habitação”, desenvolvido após a *Carta de Atenas*, é primordial para Portinho e consiste na presença de outros edifícios destinados aos serviços necessários para a vivência em comunidade, como posto de saúde, escola, mercado, áreas de lazer, etc.

Nessa lógica, o espaço caracteriza-se como uma construção social – conforme apontado pelo filósofo Henri Lefebvre em seu livro *Le droit à la ville* –, afetando, por conseguinte, as ações e os valores da sociedade envolvida naquele lugar. Tal fato era exatamente o que Carmen Portinho buscava, uma vez que

<sup>67</sup> PORTINHO, Carmen. *Habitação Popular*. Correio da Manhã (RJ). Rio de Janeiro, 10 mar. 1946.

<sup>68</sup> SILVA, Helga Santos da. *Arquitetura Moderna para habitação popular: a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p.19.

<sup>69</sup> PORTINHO, Carmen. *Habitação Popular*. *Jornal Correio da Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1946.

<sup>70</sup> Podem ser adaptados no Brasil. Os planos de reconstrução das cidades britânicas. *O Jornal (RJ)*. Rio de Janeiro, 6 out. 1945.

<sup>71</sup> SILVA, Helga da; SANTOS, Mauro Cezar de Oliveira. *Ensinando a morar: a busca pelo homem novo através da arquitetura no Conjunto Pedregulho*. SEMINÁRIO DCOMOMO BRASIL, v. 6, 2005, p. 5.

<sup>72</sup> O desenvolvimento racional do lote, temática tratada na III Conferência Internacional de Arquitetura Moderna, em 1930, na cidade belga de Bruxelas.

na habitação social, ela via a possibilidade de introduzir novos hábitos e um modo de vida modernos que mudaria fundamentalmente as condições de vida dos trabalhadores e corrigiria as injustiças sociais do país.<sup>73</sup>

Assim, por meio da arquitetura e do urbanismo modernistas, Portinho almejava transformar a sociedade. Ao analisar seu discurso, percebe-se como uma das possíveis vertentes de mudança, o papel da mulher tanto em escala privada – em sua moradia – quanto em escala pública – na cidade. Segundo Carmen Portinho, certos tipos de habitação “fizeram da mulher uma escrava doméstica, sempre preocupada com a limpeza e conservação”<sup>74</sup>, função que não mais condizia com sua realidade entre meados do século XX, quando o trabalho feminino estava se tornando, além de uma ação de autoafirmação e de capacidade das mulheres, algo natural e necessário para a sobrevivência familiar. No artigo *Casa e local de trabalho localizados na mesma área*, publicado no jornal *Diário Carioca*, em 02 de julho de 1950, a engenheira assinala que

A habitação deve e tem de estar intimamente ligada com o trabalho do homem e da mulher, de sorte que o primeiro objetivo das construções modernas deve ser o de realizar os conjuntos residenciais que situem numa só área a casa e o local do trabalho.<sup>75</sup>

E ainda complementa que

Quando as construções obedecerem a êste objetivo, ficarão desmoralizados todos os argumentos que pretendem demonstrar a inconveniência do trabalho feminino fora do lar. A família não fica comprometida porque a mulher vai trabalhar fora. A família só se ressentir porque não se procurou, até hoje, resolver os problemas colaterais da habitação, inclusive evitando que o operário chegue em casa depois de duas horas gastas no seu transporte.<sup>76</sup>

A arquitetura moderna e o urbanismo, portanto, se configurariam não só como a solução do problema da habitação, mas também em um meio de suporte e auxílio para a “mãe, espôsa e trabalhadora”.<sup>77</sup>

---

<sup>73</sup>ALMINO, Letícia Wouk. Pedregulho e Carmen Portinho. Pioneira do modernismo brasileiro. *Projetos*, São Paulo, ano 20, n. 240.02, Vitruvius, dez. 2020. Não paginado.

<sup>74</sup>PORTINHO, Carmen. A Habitação – o Homem. *Revista Municipal de Engenharia*. Rio de Janeiro, v. IX, jan. 1942.

<sup>75</sup>Casa e local de trabalho localizados na mesma área. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1950.

<sup>76</sup>Ibid.

<sup>77</sup>Ibid.

Com o planejamento dos conjuntos residenciais do DHP, com foco para o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, Carmen Portinho colocaria em prática suas ideias aliadas à sua atuação prévia no âmbito do feminismo. A partir da transformação da planta do apartamento, com a migração da lavanderia para as áreas comuns dos prédios e a instalação de máquinas de lavar roupas, por exemplo, haveria a substituição da “mão cansada da operária”<sup>78</sup>. A adoção do conceito de “habitação mínima” diminuiria a área de limpeza da moradia, uma vez que, sendo ela destinada às classes menos abastadas do funcionalismo público, a família não teria condições de possuir empregados para tal tarefa. Conforme Bonduki explicita:

a racionalização da cozinha e a simplificação das atividades domésticas estavam vinculadas ao projeto de emancipação da mulher, de sua introdução no mercado de trabalho e da renovação do modo de morar.<sup>79</sup>

Paralelamente, a construção de escolas e de creches dentro dos conjuntos residenciais traria uma grande facilidade para as mulheres sem a necessidade de locomover-se por longas distâncias para que os filhos estudassem. Assim como Walter Gropius – fundador da *Bauhaus*, escola de artes precursora na reflexão do modernismo –, haveria, com esse quadro, a modificação das relações entre a família e o Estado, uma vez que o último teria sua atuação intensificada pelos equipamentos e espaços coletivos. A análise do discurso de Portinho e dos ideais de certos modernistas, enfatizam o recorte de gênero como um dos aspectos fundamentais da elaboração da moradia e da cidade modernas.

A habitação popular, nesse sentido, seria um serviço de utilidade pública<sup>80</sup>, cabendo, como Carmen Portinho esclarece,

às municipalidades, entretanto, a organização e execução de habitações destinadas aos grupos sociais de pequeno salário, promovendo ao mesmo tempo a substituição gradativa das atuais favelas, cortiços, etc., por habitações decentes e higiênicas.<sup>81</sup>

Esse trecho retirado da coluna *Habitação Popular*, além de apresentar um caráter higienista, aborda, em análise ao problema habitacional, a questão das favelas e da necessidade de findar com sua evolução. Em outro momento, Carmen Portinho aponta que as medidas tomadas até o momento – dia 10 de março de 1946

<sup>78</sup> Casa e local de trabalho localizados na mesma área. Diário Carioca. Rio de Janeiro, 2 jul. 1950.

<sup>79</sup> BONDUKI, Nabil. Os pioneiros da habitação social. São Paulo: SESC, 2014, p.157.

<sup>80</sup> PORTINHO, Carmen. Habitação Popular. Correio da Manhã (RJ). Rio de Janeiro, 17 mar. 1946.

<sup>81</sup> Id., 10 mar. 1946.



– para a resolução dessa problemática não surtiram o efeito desejado, sendo apenas providências provisórias, como os Parques Proletários. A solução definitiva, como já mencionado anteriormente, seria a construção de conjuntos residenciais. O DHP se encarregaria dessa função no então Distrito Federal – dentre outras instituições<sup>82</sup> –, desenvolvendo, no total, quatro conjuntos residenciais: o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (no bairro de São Cristóvão), o Conjunto Residencial de Paquetá, o Conjunto Residencial Marquês de São Vicente (no bairro da Gávea) e o Conjunto Residencial de Vila Isabel.

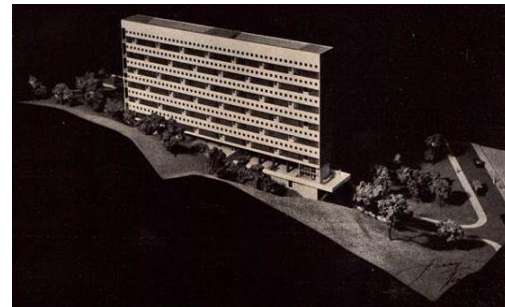
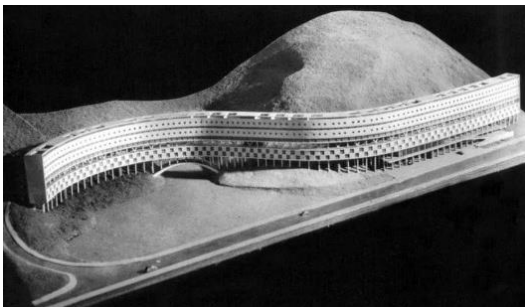


Figura 5: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes. Vista do Ambulatório, da Escola Primária, de um dos blocos residenciais já habitados e de um em construção. Acervo: *Revista Municipal de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal*.

Figura 6: Conjunto Residencial de Paquetá – Vista do bloco de habitação. Acervo: *Revista Municipal de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal*.

Figura 7: Conjunto Residencial Marquês de São Vicente em maquete. Acervo: *Revista Municipal de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal*.

Figura 8: Conjunto Residencial Vila Isabel – Vista dos Blocos A e B em maquete. Acervo: *Revista Municipal de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal*.

Nenhum dos quatro projetos foi inteiramente concluído como desejado, devido a impasses políticos e econômicos. Entretanto, o Conjunto Mendes de Moraes, conhecido como “Pedregulho”, seria uma obra de renome no Brasil e no exterior com relação à Arquitetura Moderna, conquistando o primeiro lugar na I Bienal Internacional de São Paulo, em 1951, e cativando dentre seus admiradores, célebres arquitetos e profissionais de áreas correlacionadas, como Le Corbusier e

<sup>82</sup> Como, por exemplo, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a Fundação da Casa Popular (FCP).

Max Bill, por exemplo. Sendo assim, foi caracterizado por Bonduki como o projeto no qual conjugaria mais evidente e perfeitamente a “relação entre habitação social, modernização, educação popular e transformação da sociedade.”<sup>83</sup>

Planejado em 1947 por Reidy e Portinho, o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes recebeu esse nome – “por iniciativa dos dirigentes da obra”<sup>84</sup> – devido ao prefeito da capital, na época ainda general, Ângelo Mendes de Moraes, uma vez que, durante seu mandato entre os anos de 1947 e 1951, apoiou e investiu na viabilização dos projetos do DHP. Como Silva aponta:

A vontade de construir um empreendimento de vulto, que voltasse os olhos do mundo para o potencial da arquitetura que estava se desenvolvendo no Brasil; legitimar esta arquitetura com a bandeira do atendimento social; e ainda ter um Governo preocupado em marcar a identidade nacional através das artes, principalmente a arquitetura, foram fatores que possibilitaram a execução do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes.<sup>85</sup>

Sua construção, portanto, não se trata de uma experiência isolada, tendo em vista os interesses políticos, sociais e econômicos que o permeavam. Com a descentralização da cidade do Rio de Janeiro e a expansão para o subúrbio, por meio da ampliação das malhas ferroviárias e da inauguração da Avenida Brasil (1946), foi necessário o desenvolvimento de políticas públicas para a organização socioespacial das regiões do entorno. Além disso, era urgente a realocação dos trabalhadores que passaram pela política de desmonte das favelas localizadas no centro da capital federal, como já tratado. O “Pedregulho” surge, assim, como solução para essas e outras questões.

Nesse sentido, o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes foi caracterizado pela imprensa da época como

um ensaio para a solução de um problema importante. Por ora, é uma tentativa, uma excelente experiência isolada, da qual o administrador tirará conclusões que, se favoráveis, poderão levá-lo à generalização da idéia.<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998, p.147.

<sup>84</sup> Inauguração do Conjunto Residencial Mendes de Moraes no Pedregulho. Correio da Manhã (RJ). Rio de Janeiro, 21 jun. 1950.

<sup>85</sup> SILVA, Helga Santos da. *Arquitetura Moderna para habitação popular: a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p.24.

<sup>86</sup> Inauguração do Conjunto Residencial Mendes de Moraes no Pedregulho, loc.cit.

Segundo o arquiteto e urbanista Lucio Costa, o sucesso do Conjunto foi consequência da união de saberes e de ações de Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy, fato que é enfatizado em sua seguinte colocação:

Esse empreendimento singular – pois não se enquadra, por seu programa social ou sua feição artística, nem muito menos pela persistência requerida para garantir-lhe continuidade, nos seus moldes habituais de planejar e fazer – se deve a duas pessoas [...]: Carmen Portinho, administradora que idealizou e conduziu nos mínimos detalhes o empreendimento – inclusive ensinando a morar – e Affonso Eduardo Reidy, que concebeu arquitetonicamente o conjunto e o realizou, ambos assistidos por um corpo técnico dedicado e capaz.<sup>87</sup>

Na passagem supracitada, entretanto, um aspecto diferenciado chama atenção: a perspectiva de “ensinar a morar”, referente às ações de Portinho para o bom encaminhamento do Conjunto Habitacional Mendes de Moraes. A fim de analisar e debater esse assunto na ótica de Carmen Portinho, reservo o próximo capítulo para tais considerações.

---

<sup>87</sup> COSTA, Lucio. Lucio Costa: Registro de uma vivência. 2. Ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p.203.

## Capítulo 3

### “Fique à vontade, mas nem tanto”: o caráter educacional dos conjuntos residenciais do Distrito Federal na perspectiva de Carmen Portinho

Tendo em vista o posicionamento de Carmen Portinho acerca do “problema da habitação”, percebe-se a importância dada pela engenheira à ideia de assistência social. A mesma seria prestada aos moradores dos conjuntos residenciais, tendo o papel de lhes ensinar uma nova maneira de morar, agora em lares modernos<sup>88</sup>, com equipamentos e logísticas diferenciadas das já vividas por eles. No entanto, em alguns momentos, por buscar o sucesso dos empreendimentos de acordo com sua opinião, pode-se notar nas narrativas de Portinho que o caráter assistencialista – muitas vezes considerado por ela como uma luta para a melhoria de vida e consolidação dos direitos dos cidadãos brasileiros – assume contornos reguladores e intervencionistas. Para a construção desse argumento, faz-se necessária a análise da relação da engenheira com a assistência social, os moradores dos conjuntos residenciais e suas correspondências com o pensamento da época.

#### 3.1 “Ensinar a morar”

Primeiramente, a assistência social consolidou-se no Brasil durante a Era Vargas, com a criação da Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936, e do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), no ano de 1938.<sup>89</sup> No artigo primeiro do decreto-lei n. 525, de 1º de julho de 1938, que institui a fundação do já referido Conselho, há a caracterização de quais seriam os seus objetivos principais:

Art. 1º O serviço social tem por objetivo a utilização das obras mantidas quer pelos poderes públicos quer pelas entidades privadas para o fim de diminuir ou suprimir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza ou pela miséria ou oriundas de qualquer outra forma do desajustamento social e de reconduzir tanto o indivíduo como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> SILVA, Helga Santos da; SANTOS, Mauro Cezar de Oliveira. *Ensinando a morar: a busca pelo homem novo através da arquitetura no Conjunto Pedregulho*. SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, v. 6, 2005.

<sup>89</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 525, de 1º de julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país.

<sup>90</sup> Id., Decreto-lei nº 525, de 1º de julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país.

Nesse documento, é possível reconhecer a presença de aspectos consonantes às reflexões e aos ideais da Igreja Católica, instituição que foi o principal pilar para o desenvolvimento do Serviço Social. Segundo Maria Izabel Silva, em seu artigo *A organização política do serviço social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”*, “os núcleos pioneiros do serviço social tiveram sua base social determinada pelo Bloco Católico e emergiram como ramificações da Ação Católica e da Ação Social.” O caráter missionário, moralista e de caridade pregados pela Igreja, portanto, confundiam-se com a percepção de assistência social da época. Em paralelo, a composição do quadro profissional relativo à atuação do Serviço Social era constituída, predominantemente, por mulheres, uma vez que

as atividades a serem exercidas no campo relacionavam-se socialmente aos papéis a serem cumpridos pelas mulheres. Ninguém melhor que elas – de acordo com o pensamento vigente – para ensinar como se deve organizar uma casa, ou como as crianças devem ser educadas – a esfera familiar, da casa, era a esfera “natural” das mulheres.<sup>91</sup>

As ações conduzidas pelas assistentes sociais buscavam solucionar as problemáticas da sociedade, em um movimento de correção das falhas do sistema em vigor.<sup>92</sup> Sendo assim, a questão habitacional de cunho popular constitui-se como um elemento de fundamental importância para alcançar tal objetivo. Essa perspectiva relaciona-se diretamente aos preceitos da arquitetura moderna, que tem na resolução da questão social um de seus pontos-chave. A noção de complementaridade entre a atuação do serviço social e a arquitetura moderna no âmbito da habitação popular, sublinha a máxima de que “a arquitetura não era auto-educativa”<sup>93</sup>. Nesse sentido, a arquitetura moderna precisaria de um veículo de tradução de seus princípios para os moradores dos conjuntos residenciais, de modo a ensiná-los a habitar conforme idealizado nos projetos arquitetônicos e urbanísticos.

Paralelamente, a concepção de uma “função social do arquiteto”<sup>94</sup> reforça o argumento de que “a arquitetura seria o instrumento privilegiado para a

---

<sup>91</sup> NASCIMENTO, Flávia Brito do. Lar e família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (Online), n. 3, p. 43-55, 2006, p. 46.

<sup>92</sup> SILVA, Maria Izabel. *A organização política do serviço social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”*. *Serviço Social & Realidade*, p. 267-282, 2007, p. 270.

<sup>93</sup> NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular* (Rio de Janeiro, 1946-1960). 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 49.

<sup>94</sup> KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. Nobel, 1990.

transformação do modo de vida das massas urbanas”<sup>95</sup>, resultando na criação de uma nova cultura de habitação – a chamada *neue wohnkultur*<sup>96</sup>. Os arquitetos e profissionais de áreas relacionadas, então, assumiriam “as demandas pela moradia popular como parte de sua missão profissional”.<sup>97</sup> Tal pensamento é apoiado por Carmen Portinho, uma vez que, como exposto pela engenheira:

A assistência social deverá fazer parte obrigatória dos programas de realização dos núcleos residenciais. O trabalhador, precisa, antes de mais nada, ser educado para a vida em sociedade, o que será relativamente fácil, desde que se lhe ofereçam os meios de educação necessários, ao lado de condições de vida condigna.<sup>98</sup>

O Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal (DHP), dirigido por Carmen Portinho, também assume essa postura. A partir da formação de um corpo de assistentes sociais comandadas pela engenheira, o serviço social seria responsável pela educação das classes menos abastadas, que seriam o público alvo das políticas do Departamento. Outras instituições públicas também assumiram a utilização de assistentes sociais como uma estratégia para o bom funcionamento dos conjuntos habitacionais, como os IAPs, por exemplo, que foram “os primeiros órgãos a se valerem desses profissionais”<sup>99</sup>.

Nota-se, portanto, por meio da adoção do Serviço Social em diferentes órgãos públicos, o interesse do Estado pela transformação da questão habitacional, uma vez que, segundo Nascimento,

Acreditava-se que o meio influenciava diretamente o comportamento dos trabalhadores e que só através da reformulação de seus lares, da sua organização, seria possível atingir os propósitos de construção da nação.<sup>100</sup>

Carmen Portinho, em sua coluna *Habitação Popular*, ressalta, em diversos momentos, a importância do envolvimento dessa esfera, tanto em caráter federal, estadual ou municipal, na reflexão e na atuação a fim da resolução. Portinho

---

<sup>95</sup> BRUNA, Paulo Júlio Valentino. Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930-1950. EDUSP, 2010, p.145.

<sup>96</sup> Ibid.

<sup>97</sup> BRITTO, Alfredo; SILVA, Flávia Brito do Nascimento; LEMOS, Renato. Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil. Edições de Janeiro, 2015, p.20.

<sup>98</sup> PORTINHO, Carmen. Habitação Popular. *Jornal Correio da Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1946.

<sup>99</sup> NASCIMENTO, Flávia Brito do. Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960). 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 50.

<sup>100</sup>Id., Lar e família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), n. 3, p. 43-55, 2006, p. 53.

explicita, em seu discurso, aspectos sanitários, lucrativos e, até mesmo, policiais para reforçar sua perspectiva, como podemos verificar no trecho abaixo:

À primeira vista, pode parecer que a intervenção oficial no provimento da habitação de baixo aluguel acarrete demasiado ônus para o Estado. Analisando, porém, a questão com mais cuidado, verificamos a falsidade desse ponto de vista. A existência das “favelas” e de outras habitações anti-higiênicas como os cortiços, sempre trouxe, para todos os países do mundo, despesas e prejuízos incalculáveis.

São verdadeiros **fócos de doenças contagiosas** como a tuberculose e outras. As despesas que as autoridades são obrigadas a fazer com a saúde pública, com os menores abandonados, delinquentes e toda a espécie de vadios, loucos e criminosos que saem desses núcleos insalubres, poderiam ser aplicados, com mais proveito para a coletividade em prevenir êsses males em vez de remediá-los. As habitações populares, construídas então pelas municipalidades, constituiriam uma **medida de profilaxia**, passando desta forma a fazer parte do programa dos serviços de utilidade pública.<sup>101</sup> (grifos nossos)

Apesar de reconhecer tal perspectiva e de entender sua urgência, os governos não conseguem sanar o problema da habitação social como um todo. Mesmo com a criação de instituições e leis, como já ressaltadas<sup>102</sup>, a complexidade das relações políticas sobrepõe-se aos fatores habitacionais, deixando o trabalhador à mercê de políticas habitacionais incompletas.

### 3.2 “Aprender a morar”

Na didática habitacional, a concepção de “ensinar” e “aprender” a morar funciona como uma hierarquia, na qual, supostamente, as categorias mais influentes ditam as diretrizes a serem aprendidas e seguidas. O Estado, a arquitetura e o urbanismo modernos, o serviço social e as instituições, assim, mesmo que buscando o bem-estar do povo, acabam sobrepondo-se a eles. A própria caracterização de como seria o trabalhador e de seus interesses em análise aos escritos da época sobre as políticas habitacionais apontam para esse fato.

Exemplo disso pode ser notado no discurso de Carmen Portinho, que em sua coluna *Habitação Popular*, no dia 17 de março de 1946, explicita que, sobre o problema das favelas,

---

<sup>101</sup> PORTINHO, Carmen. *Habitação Popular*. *Jornal Correio da Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1946.

Discutem as autoridades, os sociólogos, os técnicos, a imprensa, enfim quase tôda a população carioca discute o assunto. Só não discute o morador da “favela” que filoficamente se reserva o direito de ficar calado.

Limita-se a ornamentar, com mais ardor, talvez, a imagem de São Jorge, protetor do seu barraco, que passa por isso a contar com mais lamparinas e fitas coloridas. Confiantes na proteção do santo, desafiam do alto dos morros e da beira das praias, os entendidos no assunto que, na sua maior parte, nunca se deram ao trabalho de verificar pessoalmente as miseráveis condições de vida existentes nesses locais.<sup>103</sup>

Essa visão estereotipada do morador da favela, alicerçado nas suas crenças e na incapacidade de opinar e refletir sobre sua própria condição mostra-se uma inverdade, uma vez que, o mesmo morador estava inserido em uma rede de articulações políticas, culturais, trabalhistas, entre outras.<sup>104</sup> Em outro trecho de sua coluna, Portinho também faz alusões aos divertimentos desses indivíduos, quando afirma que

A pequena coletividade de trabalhadores, habitantes desses conjuntos residenciais, desfrutará, sem dúvida, de melhores e mais elevadas condições de vida do que os moradores das “favelas”, que com exceção das escolas de samba, por êles mesmos criadas, não dispõe de outro divertimento ao alcance de suas possibilidades econômicas. É sabido que boa saúde e espírito despreocupado são fatores que influem favorável e diretamente na capacidade produtora do homem.<sup>105</sup>

Nessa passagem, há a exposição do lazer limitado ao qual os habitantes das favelas estavam submetidos. Todavia, é possível perceber, nas entrelinhas dessa argumentação, um certo caráter depreciativo da forma de entretenimento acessível à essa camada social. Segundo Nascimento, esses valores são um reflexo da escolha do “lar burguês” como padrão de moradia, o que acarretava a desqualificação da vivência das classes menos abastadas.<sup>106</sup> Desse modo, a partir da mudança para os conjuntos residenciais, haveria um processo de ascensão do *status* sociocultural desses indivíduos.

---

<sup>103</sup> PORTINHO, Carmen. Habitação Popular. *Jornal Correio da Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1946.

<sup>104</sup> Exemplo disso, foram as associações de caráter reivindicatório criadas após esse período, como a União dos Trabalhadores Favelados, em 1954. Para um maior aprofundamento, ver: GUEDES, 2013.

<sup>105</sup> PORTINHO, op. cit.

<sup>106</sup> NASCIMENTO, Flávia Brito do. Lar e família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, n. 3, p. 43-55, 2006, p. 51.



Para conquistar tal transformação, os futuros moradores dos conjuntos habitacionais deveriam passar por um censo coordenado pelo Serviço Social, assim, os mesmos seriam selecionados e, posteriormente, quando direcionados para as novas habitações, ainda seriam amparados por ele. Nesse sentido, a escolha por parte de muitos profissionais de conjuntos residenciais multifamiliares em detrimento às residências unifamiliares como principal modelo das políticas habitacionais não é por acaso. Como demonstrado por Nascimento, ela se dá por duas razões:

Agrupar os trabalhadores em conjuntos residenciais tinha por certo um aspecto econômico de racionalidade, padronização e eficiência, mas era uma das faces da moeda. A outra, para os seus contemporâneos não menos importante, entendia os trabalhadores como não preparados para a vida em conjunto e, conseqüentemente, para a vida em sociedade: era necessário estarem restritos ao mesmo espaço urbano para que tivessem assistência social permanente e, desse modo, pudessem superar o atraso.<sup>107</sup>

No caso do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, em retribuição aos benefícios recebidos e visando manter a ordem pré-estabelecida, os moradores deveriam seguir um rígido regulamento. Algumas de suas determinações eram, por exemplo, a proibição de “estender ou colocar qualquer roupa ou objeto de uso pessoal e doméstico, nas paredes externas, peitoris, varandas, galerias de acesso, gradis ou lugares de uso comum”<sup>108</sup>, lavar roupas fora da lavanderia coletiva e possuir animais de estimação dentro das habitações, como suscitado no 15º artigo do Regulamento.

O artigo publicado em resposta ao Regulamento, intitulado *Proibições a granel – O regulamento do Conjunto Residencial Mendes de Moraes*, além de citar certas restrições, aponta para o fato de que os apartamentos seriam vistoriados de modo frequente, “ficando o locatário obrigado a facilitar essa inspeção, permitindo acesso à tôdas as dependências de sua casa.”<sup>109</sup> Como demonstrado por Helga Silva e Mauro Santos:

Já em uma primeira leitura do texto do Regulamento, pode-se logo observar o caráter autoritário e centralizador, na figura do DHP, que domina sua redação. Decerto, o tom desse texto guarda

---

<sup>107</sup> NASCIMENTO, Flávia Brito do. Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960). 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 46.

<sup>108</sup> Ibid.

<sup>109</sup> Proibições a granel: o regulamento do Conjunto Residencial Mendes de Moraes. Tribuna da Imprensa (RJ), Rio de Janeiro, 16 mai. 1950.

resquícios do modelo de governo ditatorial [varguista], do qual o país ainda estava despertando, velado por um idealismo de educar a população a viver nesta nova forma de moradia.<sup>110</sup>

Esses fatores dificultavam a apropriação do espaço por parte dos moradores, tendo em vista que não poderiam, de certo modo, imprimir suas características, gostos e personalidades na habitação. O artista austríaco Friedensreich Hundertwasser, em seu *Manifesto do Mofo contra o racionalismo em Arquitetura*, publicado em 1958, demonstra sua insatisfação ao tecer críticas contra uma das principais características da arquitetura moderna mundial: o racionalismo. Para o autor,

Um homem em seu apartamento deve ter a possibilidade de debruçar-se na janela e arrancar a alvenaria com as próprias mãos. Ele deve ter o direito de pintar tudo que alcança com cor-de-rosa, com um longo pincel, a fim de que as pessoas de longe possam ver da rua: um homem mora no que o difere de seus vizinhos, isto é, os que aceitam o que lhes é dado. Ele deve igualmente poder fazer buracos nas paredes e empreender todo tipo de trabalho, mesmo se a suposta harmonia arquitetônica de um imóvel é destruída. Enfim, ele deve poder: preencher seu quarto de barro e massa de modelar.

Mas isso é proibido pelo contrato!<sup>111</sup>

Apesar de o comentário de Hundertwasser possuir um cunho radical, ele nos permite a ilustração a necessidade de individualidade dos moradores em seu espaço privado, ou seja, em seu apartamento. A fabricação em massa dos elementos – como mobiliário e materiais de construção – e o emprego das mesmas técnicas em cada unidade do núcleo habitacional traz o aspecto de impessoalidade à vista.

Nesse sentido, por meio desses e outros posicionamentos, sublinha-se a herança da Era Vargas nas ações do Departamento e, paralelamente, na ótica de sua diretora. Isso se dá, também, devido à congruência de ditames do regime político de Getúlio Vargas com inúmeras diretrizes propostas pela arquitetura moderna. Carmen Portinho ainda dialoga com outras questões, dentre elas a ligação entre trabalho e habitação, princípios higienistas e o papel do trabalhador, que também marcam essa comunicação. Essa correlação com o regime varguista também é evocada pelo arquiteto Alfredo Britto, ao afirmar que

<sup>110</sup> SILVA, Helga da; SANTOS, Mauro Cezar de Oliveira. *Ensinando a morar: a busca pelo homem novo através da arquitetura no Conjunto Pedregulho*. SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, v. 6, 2005, p.12.

<sup>111</sup> Hundertwasser Architecture: for a more human architecture in harmony with nature. Alemanha: Taschen, 1997. p. 46-48.

[...] o conjunto do Pedregulho ajustou-se a outro ideário da época, dessa vez de lavra brasileira e cunho nacional-varguista: construir a identidade nacional a partir da cultura, com suas raízes fincadas na tradição local, aí incluídas as artes plásticas, a arquitetura, a música e a literatura. E nada melhor do que o conjunto de projetos e obras do Pedregulho, inserido em uma avenida chamada Brasil, para evidenciar a busca pelas raízes nacionais.”<sup>112</sup>

A concepção pedagógica relativa aos conjuntos residenciais do DHP, coordenada por Carmen Portinho e sua equipe de assistentes sociais, faz parte de uma complexa conjuntura, que se impõe e é imposta por diferentes grupos sociais. Portanto, a dualidade entre “ensinar a morar” e “aprender a morar”, muitas vezes opaca, torna-se mais clara e definida quando cotejada perante a narrativa da engenheira.

---

<sup>112</sup> BRITTO, Alfredo; SILVA, Flávia Brito do Nascimento; LEMOS, Renato. Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil. Edições de Janeiro, 2015, p.13.

## Considerações finais

Por meio do desenvolvimento desta pesquisa, prova-se que o discurso de Carmen Portinho, quando analisado de forma mais detida e com os preceitos apontados, pode ser caracterizado como uma possibilidade viável para o entendimento do complexo quadro habitacional de cunho popular do Distrito Federal de meados do século XX. Nesse sentido, a compreensão e cotejamento de certos tópicos torna-se imperativo.

A contextualização das ações governamentais anteriores ao mandato de Eurico Gaspar Dutra e, conseqüentemente, da criação do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal (DHP), mostram-se essenciais. Assim, a preocupação com uma nova modernidade para o espaço urbano da capital surge de maneira diferenciada, apoiada em concepções desenvolvimentistas através da industrialização. A Era Vargas, por exemplo, baseada em tais visões, modifica significativamente o papel do trabalhador, interferindo diretamente na questão da moradia social.

Após o ano de 1946, por outro lado, apesar de o governo Dutra continuar e intensificar os investimentos em habitações populares – como pela criação do DHP, da Fundação Casa Popular (FCP) e pela construção de mais núcleos habitacionais pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) –, possui uma relação diferente com o trabalhador. Isso se mostra, dentre outros aspectos, por meio da extinção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de proibições relativas aos sindicatos e às organizações trabalhistas, como já mencionado no primeiro capítulo da pesquisa.

Esses períodos refletem-se na trajetória de Carmen Portinho, tanto profissional quanto pessoal, implicando uma ótica inovadora referente ao “problema da habitação”. Assim, as noções advindas do feminismo e da arquitetura moderna contribuíram para a visão e, paralelamente, para o discurso de Portinho. Inúmeras são as marcas dessas duas vertentes em seus projetos habitacionais, como o uso do racionalismo e funcionalismo nas obras, além do emprego de recursos técnicos para a emancipação da mulher em ambiente doméstico. Em seus trabalhos no DHP, a engenheira, acompanhada dos outros profissionais do Departamento – como Affonso Eduardo Reidy e Francisco Bolonha –, estabeleceram novas bases para o entendimento do urbanismo e da arquitetura habitacional brasileira.

Nesse sentido, as concepções de uma educação dos trabalhadores, antes residentes de habitações precárias, tornaram-se de suma importância para Carmen Portinho. Liderando o corpo de assistentes sociais no DHP, Portinho pôde aplicar os ideais modernos de transformação daquelas pessoas em cidadãos, elevando seu nível habitacional e sociocultural<sup>113</sup>. Entretanto, essa visão, em certos momentos, possuía um caráter negativo ligado ao desmerecimento dos costumes e da cultura anterior desses indivíduos. Sendo assim, ficava clara a dualidade do processo educacional nos conjuntos residenciais desenvolvidos por parte do DHP.

Nos periódicos analisados para esta pesquisa, portanto, tais relações sociais, políticas e econômicas brasileiras e internacionais, interligadas à questão da habitação popular, estavam presentes, algumas vezes explicitamente e outras nas entrelinhas das narrativas de Carmen Portinho. Desse modo, a partir do estudo de seu discurso, podemos ter noção do panorama habitacional na época cotejada.

---

<sup>113</sup> PORTINHO, Carmen. Habitação Popular. Jornal Correio da Manhã (RJ), Rio de Janeiro, 17 de março de 1946.

## Referências bibliográficas

ABREU, M. de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 4. Ed.: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006.

A continuidade administrativa e os interesses nacionais. O Jornal (RJ), Rio de Janeiro, 21 mai. 1950.

AGACHE, Alfred. Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento da Capital Federal. Rio de Janeiro, 1930.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. A política dos Parques Proletários Provisórios no Rio de Janeiro. Terra Brasilis, n. 13, 2020.

ALMINO, Letícia Wouk. Pedregulho e Carmen Portinho. Pioneira do modernismo brasileiro. Projetos, São Paulo, ano 20, n. 240.02, Vitruvius, dez. 2020. Não paginado.

BARRETO, Lima. Megalomania, Revista Careta, Rio de Janeiro, v.13, n.636, p.37, 28 de agosto de 1920.

BENVINDO, V. “Escovar a história a contrapelo”: contribuições de Walter Benjamin para a concepção dialética da história. Revista Trabalho Necessário, 18 (35), 2020, 20-37.

BIENAL Internacional de São Paulo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998.

\_\_\_\_\_. Os pioneiros da habitação social. São Paulo: SESC, 2014.

BOSCARI, Marilene; DA SILVA, Fátima Noely. A Trajetória da Assistência Social até se efetivar como política social pública. Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde, p. 108-127, 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº58, de 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

\_\_\_\_\_.Decreto-lei nº 525, de 1º de julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 1749, de 28 de junho de 1937. Aprova novo regulamento para a aquisição de prédios destinados à moradia dos associados e à sede dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 4598, de 20 de agosto de 1942. Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 8304, de 6 de dezembro de 1945. Transforma a Comissão de Plano da Cidade em Departamento de Urbanismo, subordinado à Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas do Distrito Federal.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 9124, de 4 de abril de 1946. Transforma o Departamento de Construções Proletárias da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal em Departamento de Habitação Popular, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 9128, de 1 de maio de 1946. Autoriza a instituição da “Fundação da Casa Popular”.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 9070, de 23 de julho de 1946. Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, concernentes a organização sindical, e dispõe sobre os mandatos sindicais e dá outras providências.

BRITTO, Alfredo; SILVA, Flávia Brito do Nascimento; LEMOS, Renato. Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil. Edições de Janeiro, 2015.

BRUNA, Paulo Júlio Valentino. Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930-1950. EDUSP, 2010.

CALICCHIO, Vera. Plano Salte. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), CPDOC- FGV.

Casa e local de trabalho localizados na mesma área. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 2 jul. 1950, ed. 06753.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). Repensando o Estado Novo. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 179- 189.

Coelho, F. (2014). Conceitos “cultura” e “representação”: contribuições para os estudos históricos. *Fronteiras*, 16(28), 87–99.

COSTA, Lucio. Lucio Costa: Registro de uma vivência. 2. Ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

Criado o Departamento de Habitação Popular. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 5 abr. 1946.

DA SILVA, Pedro Sousa. A trajetória da revista municipal de engenharia, o planejamento urbano e a Circulação de Novas Ideias Urbanistas no Rio de Janeiro (1930-1945). *Revista Cantareira*, n. 26, 2017.

- FERREIRA, Clausinei. Governo Dutra: arrocho salarial e os trabalhadores (1946-1950). 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUEDES, Marco Marques Pestana de Aguiar. A união dos trabalhadores favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964). 2013. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.
- Habitações para os grupos sociais de salários baixos. Correio da Manhã (RJ), Rio de Janeiro, 5 abr. 1946.
- Hundertwasser Architecture: for a more human architecture in harmony with nature. Alemanha: Taschen, 1997. p. 46-48.
- Inauguração do Conjunto Residencial Mendes de Moraes no Pedregulho. Correio da Manhã (RJ). Rio de Janeiro, 21 jun. 1950.
- KAMITA, J. M. Experiência Moderna e Ética Construtiva. A Arquitetura de Affonso Eduardo Reidy. Rio de Janeiro, RJ. 1994. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC-Rio.
- LEANDRO, Everaldo Gomes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglione. O paradigma indiciário para análise de narrativas. Educar em Revista, v. 37, 2021.
- MENDES, José Teles. O Plano Agache: Propostas para uma Cidade-Jardim Desigual. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.116-127, Dezembro. 2012.
- MOTTA, Marly. Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. In: Atlas Histórico do Brasil, CPDOC- FGV.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. Carmen Portinho e o habitar moderno: teoria e trajetória de uma urbanista. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 1, 2007.
- \_\_\_\_\_. Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960). 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Lar e família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), n. 3, p. 43-55, 2006.
- NEVES, Margarida de Souza. As vitrines do progresso. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1986.



NOBRE, Ana Luiza. Carmen Portinho: o moderno em construção. Relume-Dumara, 1999.

\_\_\_\_\_.; NASCIMENTO, Flávia Brito do. “Deve ser uma feminista chata”: Carmen Portinho e a dimensão feminina do Pedregulho. 17ª Bienal de Arquitetura de Veneza: Catálogo Utopias da Vida Comum, 2021. p. 118-131.

PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PASSARO, Clara. Dos espaços de apropriação: o Minhocão de São Cristóvão. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia.

Podem ser adaptados no Brasil. Os planos de reconstrução das cidades britânicas. O Jornal (RJ). Rio de Janeiro, 6 out. 1945.

PORTINHO, Carmen. Habitação Popular. Jornal Correio da Manhã (RJ), Rio de Janeiro, 10 de março de 1946.

\_\_\_\_\_. Habitação Popular. Jornal Correio da Manhã (RJ), Rio de Janeiro, 17 mar. 1946.

\_\_\_\_\_. Habitação Popular. Jornal Correio da Manhã (RJ), Rio de Janeiro, 27 mar. 1946.

\_\_\_\_\_. Habitação Popular. Jornal Correio da Manhã (RJ), Rio de Janeiro, 31 mar. 1946.

\_\_\_\_\_. Habitação Popular. Jornal Correio da Manhã (RJ), Rio de Janeiro, 7 abr. 1946.

\_\_\_\_\_. Habitação Popular. Jornal Correio da Manhã (RJ), Rio de Janeiro, 14 abr. 1946.

\_\_\_\_\_. Por toda a minha vida: depoimento a Geraldo Edson de Andrade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

RODRIGUES, Rute Imanishi. Os Parques Proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

SEGAWA, Hugo. A arquitetura moderna e o desenho industrial. Projeto, n.111, jun. 1988. Entrevista.

\_\_\_\_\_. Arquitetura na Era Vargas: o avesso da unidade pretendida. In. PESSOA, José. Moderno e Nacional. EdUFF, 2006.

\_\_\_\_\_. Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Helga Santos da. Arquitetura Moderna para habitação popular: a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_.; SANTOS, Mauro Cezar de Oliveira. Ensinando a morar: a busca pelo homem novo através da arquitetura no Conjunto Pedregulho. SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, v. 6, 2005.

SILVA, Maria Izabel. A organização política do serviço social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”. Serviço Social & Realidade, p. 267-282, 2007.

VANDERLEI, Kalina; SILVA, Maciel. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2009, p. 101-104.

WANDERLEY, Andrea. O Rio de Janeiro desaparecido. A demolição do Morro do Castelo. Portal Brasileira Fotográfica, 30 de abril de 2019.

XAVIER, Alberto (Org.). Depoimento de uma geração. Arquitetura moderna brasileira. São Paulo, Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura, Fundação Vilanova Artigas, Pini, 1987.